

# Castro critica ADPF das Favelas e defende atuação policial em comunidades

Em discurso na Alerj, governador também defendeu a derrubada dos vetos do Propag

Thiago Lontra

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, participou da abertura do ano legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Em seu discurso, criticou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que restringe a atuação da Polícia Militar em favelas do estado — o STF deve julgar o caso nesta quarta-feira (5). Castro questionou a proibição de operações policiais em comunidades, permitidas apenas em casos excepcionais, argumentando que a medida retira do povo o direito à segurança pública.

“Ninguém aqui foge à crítica ou de um processo de melhoria e evolução. Acho positivas as situações que a ADPF venha a melhorar a atividade policial e reforço na transparência. Os casos complexos são esse critério de extraordinariedade, que vem de encontro à ostensividade que é o trabalho da polícia. Quando você cria uma ideia de extraordinariedade, tiramos do povo, da comunidade, o direito de ter uma polícia ostensiva”, ponderou o governador.

Castro reconheceu a importância de aprimorar a atividade policial e aumentar a transparência, mas ressaltou que o Rio de Janeiro sofre efeitos colaterais negativos com a ADPF. Ele também comentou sobre os recentes casos de violência no estado, afirmando que são uma resposta da criminalidade ao trabalho do governo. Destacou que o estado tem combatido o crime por meio de operações com inteligência e investigação, asfixiando financeiramente as organizações criminosas.

“Não tenho dúvida que isso é uma resposta da criminalidade ao trabalho que tem sido feito. Pela primeira vez, o Rio bloqueia milhões, trabalhando na asfixia financeira. Essas são situações que o governo federal deveria estar nos ajudando, porque tem mecanismos como o COAF e outros, mas o Rio está mais uma vez sozinho nesse trabalho. Quando você vai asfixiando financeiramente, quando fazemos operações com inteligência, investigação,



Castro participou da abertura do ano legislativo da Assembleia do Rio de Janeiro



Governador fez um discurso duro contra a União e contra o STF

que está sendo feito, vamos colocando o dedo na ferida, chegando próximo da liderança, como tem acontecido, e há uma reação da criminalidade”, disse.

O governador garantiu que o trabalho na área de segurança pública não terá retrocesso e que as polícias estão cada vez mais equipadas e treinadas para enfrentar a criminalidade.

“Estamos fazendo um trabalho criterioso com investigação, planejamento, inteligência, tecnologia. A população

pode ter certeza que as polícias estão cada dia mais equipadas, treinadas e estamos prontos para enfrentar essa criminalidade. Estamos sozinhos hoje nessa guerra. Foram 732 fuzis e 15 mil armas apreendidas no ano passado. Isso demonstra que, por mais que a obrigação seja nossa, a responsabilidade é de todos”, reforçou.

Por fim, cobrou maior participação das prefeituras no ordenamento urbano e no trabalho de segurança pública,

com guardas municipais mais equipadas.

“Hoje, o Segurança Presente faz o papel da Guarda Municipal. Mais uma vez, está sobre os ombros do Estado todo o trabalho. O que precisamos é aumentar esse grau de parceria, de responsabilização de cada um”, encerrou.

## Derrubada de vetos do Propag

Além da crítica à ADPF das Favelas, Castro reiterou

a importância da derrubada do veto presidencial a trechos cruciais da Lei Complementar nº 212/2025, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag), como aquele que impede a utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) como ativo nas operações de renegociação da dívida e impõe restrições ao escalonamento dos pagamentos.

“Pela primeira vez, a gente entrou num programa onde a gente ia parar de fazer paliativos e ia começar a ter uma dívida pagável, a ter uma dívida que tende ao zero e não tende ao infinito, como é essa dívida hoje. Então, o que mais chamou a atenção da gente foi que o Governo Federal participou de toda a negociação, autorizou tudo o que foi votado e depois vetou aquilo que ele mesmo negociou e autorizou. Por isso a gente entende a legitimidade da derrubada do veto, porque a própria União aceitou aquelas condições e depois ela vetou”, afirmou o governador.

Castro lembrou que a dívida do estado é um problema histórico, herdado de gestões anteriores, e que sua gestão foi a primeira a buscar uma solu-

ção definitiva junto ao Governo Federal.

“Tem que entender que é uma dívida (a do Estado do Rio de Janeiro) construída em outras gestões. A dívida que hoje está na casa de R\$ 211 bilhões, só a minha gestão já pagou R\$ 15 bilhões, e de 97 para cá o Estado do Rio de Janeiro já pagou mais de R\$ 132 bilhões de reais. Então, nesses últimos seis anos, não há nenhuma dívida nova contraída pelo Estado. Só juros sobre juros sobre juros, sobre juros, o que se torna impagável”, argumentou.

Ele criticou o veto presidencial, pois representa uma quebra de acordos e um retrocesso no processo de renegociação da dívida.

“Isso é uma quebra de acordos, isso é uma quebra de diálogo, isso é uma quebra da democracia, é uma quebra da institucionalidade. Acho que quando as instituições perdem a confiança no diálogo, você está fazendo um ferimento de morte na democracia. Tanto se fala em democracia hoje, e isso com certeza é um ferimento de morte na democracia, quando as instituições já não têm mais esse processo de confiança, de uma negociação limpa, clara, que aquilo depois seja vetado”, sinalizou.

“Democracia e liberdade de expressão são o oxigênio do jornalismo. O jornalismo não sobrevive sem elas”

Rudolfo Lago

Formado pela Universidade de Brasília, Rudolfo Lago tem 37 anos de profissão, especialmente na cobertura de política. Responsável por furos como o dos Anões do Orçamento e a série de reportagens que levaram à cassação do ex-senador Luiz Estevão. Vencedor do Prêmio Esso, entre outras premiações.

No Correio Político, o leitor conhecerá os meandros, os bastidores, do poder em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Histórias que ajudarão a entender por que as decisões são tomadas ou não nos três poderes da República.



# RUDOLFO LAGO